

O FMI é para sempre

Os acordos com o Fundo passam, mas suas regras, supostamente, são eternas



Pesquisa ODI

No dia 28 de março, o governo Lula, anunciou, em comunicado transmitido por cadeia nacional de rádio e TV, a não renovação do acordo do país com o Fundo Monetário Internacional, que vinha sendo mantido sob diversas formas desde o final do primeiro mandato do governo Fernando Henrique Cardoso. Como se sabe, o Plano Real, na sua forma inicial — com a valorização forçada da moeda brasileira garantida por juros estratosféricos de mais de 20% reais nos seus quatro primeiros anos -, levou a um colossal endividamento interno e externo do país e à quebra das finanças nacionais em meados de 1998, quando FHC preparava sua reeleição. Nesse contexto, e em negociações secretas que levaram o governo a assumir o compromisso de aprovar legislação que garantiria a prioridade para os pagamentos da dívida, o governo acertou com o FMI, com apoio substancial também do Banco Mundial e do Tesouro dos EUA, um pacote de apoio de US\$ 41,5 bilhões (as negociações secretas foram comprovadas depois, quando da revelação de gravações clandestinas de conversas entre o então ministro da Fazenda, Pedro Malan, e o então presidente do BNDES, André Lara Rezende).

Apoio indireto É esse acordo básico com o FMI, que veio sendo remendado de diversas formas ao longo dos últimos seis anos, que expirou no dia 31 de março. A primeira renovação do acordo foi em agosto de 2001, pouco antes de seu primeiro encerramento, previsto para novembro daquele ano. O acordo foi prorrogado para 13 de dezembro de 2002, com novo empréstimo do Fundo, desta vez sozinho no apoio, com US\$ 15 bilhões. Em agosto de 2002, em meio à campanha eleitoral que elegeu Lula presidente, houve mais uma renovação, que esticou o acordo para o final de 2003; nessa operação, o FMI colocou à disposição do governo brasileiro mais US\$ 30 bilhões. O apoio de Lula ao acordo de 2002 foi indireto. O então

candidato assinou a “Carta aos Brasileiros”, na qual se comprometia com a estabilidade econômica vigente e com os contratos assinados pelo governo FHC. Já no governo, Lula tomou duas iniciativas diretas importantes em relação ao Fundo: 1) em fevereiro de 2003, ao fazer a primeira carta de prestação de contas do acordo, anunciou a elevação – de 3,75% do PIB para 4,25% - da meta do superávit primário, a economia de tributos feita para pagar juros da dívida; 2) e, no final de 2003, assinou uma nova prorrogação do acordo, por quinze meses, que é esta que venceu no final de março.

Regras eternas De meados de 1998 até agora, muita coisa mudou e o fato de o país estar, a partir deste 1º de abril de 2005, formalmente livre da supervisão e das regras de gestão da economia ditadas pelo Fundo Monetário Internacional parece ser o menos relevante. O acordo inicial de 1998 implicou numa profunda mudança nas regras de gestão interna da economia brasileira: ele estabeleceu as bases da chamada Lei de Responsabilidade Fiscal, a regulamentação que, a despeito de alguma resistência que enfrentou inicialmente e de uma ou outra voz dissonante que se levanta contra ela ainda agora, se transformou numa espécie de mantra da boa gestão pública no país. E, ao anunciar a não renovação do acordo, o ministro Palocci foi absolutamente claro ao dizer que a “disciplina fiscal” do governo não será alterada pelo fato de não ser mais o FMI que impõe as regras. Afinal, o FMI passou, mas não suas regras; elas já foram assimiladas e, aparentemente, são eternas.

Tanto o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso como o atual presidente Lula tentam popularizar a LRF dizendo que a sua tradução é que é “preciso cumprir os contratos” e que “não se pode gastar mais do que se arrecada.” Por mais bem intencionadas que sejam essas avaliações, no entanto, elas não passam de uma mistificação. A hipótese de que as pessoas só gastam as receitas monetárias que já obtiveram é contra a essência do próprio capitalismo, onde o crédito, a dívida, portanto, tem um papel essencial – Oa começar pelo crédito que a maioria dos trabalhadores dá aos empresários porque entrega a sua força de trabalho geralmente a partir do primeiro dia de cada mês para só receber ao final de 30 dias. Quanto aos contratos, só mesmo os ingênuos não percebem que praticamente todas as grandes instituições do Estado brasileiro estão sistematicamente descumprindo contratos com trabalhadores e pequenos fornecedores. E que os contratos que são cumpridos de fato são os que dizem respeito à gestão da dívida pública financeira com o grande capital, cujos juros são pagos rigorosamente em dia nos termos acertados com os credores. ■